

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA COMO PLATAFORMA DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL: o que fazer com esse novo perfil de assistente social produzido pelas “(uni)esquinas” mercantis?

Sandhro Luiz de Almeida Abrahão¹

RESUMO

O presente artigo analisa o processo de financeirização da educação superior brasileira e os seus rebatimentos para a formação em Serviço Social. Para a realização da pesquisa, utilizamos a abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica, estudo de revistas especializadas em finanças e investigação em sites institucionais de empresas que exploram a educação superior no país. Utilizamos também a abordagem quantitativa por meio da coleta, sistematização e análise dos dados das Sinopses Estatísticas da Educação Superior disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) entre os anos de 2016 a 2020 sobre os cursos de Serviço Social. O estudo conclui que há um esvaziamento de matrículas na modalidade presencial e aumento no EaD, como estratégia de maximização dos lucros em favor dos fundos de investimentos, fundos de pensão, investidores institucionais etc., que exploram a educação superior como mais um setor para a valorização do capital.

Palavras-chave: Financeirização 1; Educação Superior 2. Ensino a Distância 3. Serviço Social 4.

ABSTRACT

This article intends to analyze the process of financialization of Brazilian higher education and its repercussions for formation in Social Work. To execute the research, we used a qualitative approach, through bibliographical research, study of magazines specialized in finance and investigation in institutional websites of companies that explore higher education in the country. We also used a quantitative approach through the collection, systematization and analysis of data from the Higher Education Statistical Synopses provided by the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP) between the years 2016 to 2020 on Social Work courses. The study concludes that there is an emptying of registration in presential

¹ Assistente Social graduado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR) pela UFF e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador do TEIA – Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Educação e Serviço Social (PPGSSDR/UFF). Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6210816249251250>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4711-7639>. Email: sandhro123@hotmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

modality and an increase in EaD, as a profit maximization strategy in favor of investment funds, pension funds, institutional investors, etc., which explore higher education as another sector for capital valorization.

Keywords: Financialization 1; Higher Education 2. Distance Education 3. Social Work 4.

1 INTRODUÇÃO

Para a compreensão do movimento da educação superior brasileira no setor privado nos últimos anos, faz-se necessário uma apreensão prévia do processo de financeirização desencadeado a partir da década de 1970, mais especificamente, o que Chesnais (1996) chama de Mundialização do Capital. Tal processo se espalha por todos os setores da vida social, inclusive a educação superior que, nos anos 2000, configura-se como um nicho importante de exploração do capital financeiro no Brasil.²

Em âmbito internacional, a partir dos anos 70 e, em especial, dos anos 80, a classe trabalhadora sofre profundas derrotas com a ascensão dos governos Thatcher (1979-1990), na Inglaterra e Reagan (1981-1989), nos Estados Unidos.³

As ações de ambos os governos incentivam a liberalização dos mercados, a mundialização do capital e o combate aos sindicatos e demais organizações da classe trabalhadora. O objetivo é valorizar a acumulação financeira concentrada e centralizada em grandes corporações transnacionais, em meio ao contexto da Guerra Fria e do declínio da burocracia soviética (CHESNAIS, 2018).

De acordo com Harvey (1992), esse contexto está amparado nas crises do modelo fordista e das políticas dos governos da socialdemocracia diante dos limites postos para a valorização do capital.⁴

² Sobre a reconfiguração do Estado e da educação superior brasileira sob hegemonia do capital financeiro, cf. o livro organizado por Sguissardi e Silva Jr (2020).

³ Ademais, Harvey (2008) e Anderson (1995) destacam o pioneirismo da experiência neoliberal sistemática no Chile, com a ditadura de Pinochet de 1973 a 1990, intensificando o autoritarismo e os interesses do mercado capitalista, que se espalham pela América Latina sob forma de ditaduras em um primeiro momento.

⁴ A Lei Geral da Acumulação Capitalista explica a dinâmica da composição orgânica do capital e as suas modificações durante o processo da acumulação capitalista. Ler o capítulo 23 do livro I do O Capital intitulado de “A lei geral de acumulação capitalista” (MARX, 2013).

PROMOÇÃO



APOIO



O autor destaca que o neoliberalismo defende que as “[...] intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo” (HARVEY, 2008, p. 12).

Assim, em um contexto de dificuldade da valorização do capital, o pensamento neoliberal se expande e se internaliza nos meios de comunicações, nas instituições financeiras, em especial, no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional (FMI). Trata-se da defesa da desregulamentação da economia, da privatização e do reordenamento do Estado com os gastos sociais (HARVEY, 2008).

Esse cenário é favorável às grandes corporações, que podem remanejar os seus capitais sem constrangimento em escala global, sendo a financeirização a consequência e não a causa dos limites na valorização do capital (CHESNAIS, 2018).

Como salienta Chesnais (2018), a dívida pública dos países, os fundos de pensão e as rendas da propriedade e do capital não consumido pelas frações burguesas se transformam, aparentemente, em um mecanismo de dinheiro que gera mais dinheiro (D-D’). Não obstante, a ideia de autonomia do capital portador de juros em relação à economia real⁵ é apenas aparente.

O capital financeiro depende da produção de mais-valia, caso contrário, tratar-se-ia de capital fictício. Em outras palavras, a “mágica” D-D’ só ocorre quando a economia real alcança a produção de mais-valia desejada pelos acionistas e especuladores (CHESNAIS, 2018). Por isso, os acionistas pressionam as empresas para obterem maiores lucros e pagamentos de dividendos, o que pressiona para o rebaixamento dos custos na esfera produtiva. O mecanismo de securitização pelas empresas⁶ e governos tem gerado um aprofundamento da precarização do trabalho

⁵ Pois, é na economia real que se produz mais-valia, de acordo com Marx (2003) “A força de trabalho é comprada, aqui, não para satisfazer, mediante seu serviço ou produto, às necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contêm mais trabalho do que o que ele paga [...]” (MARX, 2013, p. 453).

⁶ É uma operação de abertura de capital na Bolsa de Valores que se caracteriza pela emissão de títulos por parte da própria empresa, lastreados nos mais variados ativos, que vão desde equipamentos arrendados, hipotecas comerciais, empréstimos para compra de automóveis a ativos não convencionais, como royalties de catálogos musicais por exemplo, no sentido de antecipar capital (SILVA et. al., 2010).

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

e do papel do Estado, especialmente, entre os países da periferia do capital (CHESNAIS, 2018).

Em 1989, sob os efeitos da crise da dívida na América Latina, o Consenso de Washington cria uma cartilha de propostas aos países capitalistas dependentes.⁷ Essa cartilha é formulada por economistas do Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros, cujo objetivo é o ajuste macroeconômico desses países, tendo impactos na educação superior brasileira.

2 O GERENCIALISMO DE ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM FAVOR DA FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

O gerencialismo⁸ de Estado do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) avança nas contrarreformas fiscais e nas privatizações,⁹ acatando as condicionalidades do BM e do FMI tendo rebatimentos na educação superior. Segundo o BM (2003), as universidades públicas apresentariam um certo “anacronismo” e um “encarecimento” aos cofres públicos em relação às demandas do mercado.

As principais alternativas disponíveis para melhorar o ensino superior incluem a introdução de currículos mais flexíveis e menos especializados, a promoção de cursos e programas mais curtos, a transformação do quadro regulamentar num sistema menos rígido e a aplicação de métodos de financiamento que estimulem as instituições a responder às demandas de qualidade e diversidade do mercado (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 129, tradução nossa).

⁷ Segundo Fernandes (2008), o capitalismo dependente é uma especificidade do capitalismo na sua fase monopólica de hegemonia do capital financeiro. As relações entre as burguesias dos países de capitalismo dependente e as burguesias de países de capitalismo hegemônico se retroalimentam privilegiando a si mesmas em detrimento da sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalistas na periferia do mundo como, por exemplo, o Brasil.

⁸ O gerencialismo é organizado por um conjunto de procedimentos que desregulamenta e flexibiliza a administração pública em favor do alcance das metas estipuladas pelos governantes, exigindo dados mais precisos que demonstre a eficácia e a efetividade dos resultados obtidos. Ampara-se na dinâmica da Lei do Mercado, internalizando critérios tecnocráticos (SOUZA, 2019, p. 23).

⁹ O marco dessa ofensiva é o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) de 1995. O documento defende que se realize uma (contra)reforma, o que possibilitaria a execução dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica por organizações sociais, por meio de subsídios do Estado a partir de contratos de gestão, dando a tais serviços um caráter empresarial.

PROMOÇÃO



APOIO



Os países de capitalismo dependente como o Brasil são orientados pelo BM a seguirem essa configuração de ensino como moeda de troca para novos empréstimos. Os organismos internacionais estão, por sua vez, estreitamente articulados aos interesses do mercado financeiro (SEKI, 2020).

Com efeito, segundo Sguissardi (2015), constrói-se um arcabouço jurídico-legal que possibilita a mercantilização da educação superior, destacando-se o art. 209 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e o art. 7º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) pela Lei N. 9.394/96 (BRASIL, 1996), nos quais ambos reforçam o ensino enquanto livre à iniciativa privada. Os Decretos 2.207 e 2.306 de 1997, de fato, legalizam as IES privadas com fins lucrativos (BRASIL, 1997). Ademais, o art. 80 da LDBN incentiva o EaD em todos os níveis e modalidades de ensino e educação continuada.

Nos anos 2000, tal arcabouço jurídico-legal possibilita que a educação superior se torne uma nova plataforma de valorização pelos agentes financeiros, especialmente, via Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (PROUNI), conforme estudos de Vale (2011) e Sguissardi (2015).¹⁰

Como salienta Pereira, Telles e Lopes (2021) há concentração de capital no setor e, cada vez mais intensificam-se a robotização do trabalho docente e o uso do EaD, processo agudizado com o contexto de pandemia:

Soma-se, ainda, a forte presença dos conglomerados empresariais que apostam no ensino superior como mais um nicho de lucratividade e, portanto, vêm investindo fortemente na robotização e no ensino a distância (EaD) como meios de “otimizar” os custos relativos a investimentos e, claro, maximizar a lucratividade (LOPES; PEREIRA; TELLES, 2021, p. 205).

Nesse sentido, a lógica da financeirização encontra na educação superior formas de valorização do capital. Observa-se um processo de massificação e

¹⁰ Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que —Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências (BRASIL, 2001). Já o PROUNI foi criado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005).

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



concentração das matrículas diante da dinâmica de aquisição e fusão das IES. A consequência é o controle das matrículas por conglomerados mercantis, utilizando-se fortemente do EaD como estratégia para reduzir os custos e maximizar os lucros.

A nossa hipótese é a de que há no Brasil uma nova configuração de educação superior em curso, advindo dos efeitos do Golpe Jurídico-Parlamentar, em 2016, e da Emenda Constitucional nº 95/2016 (E.C. nº 95/2016), referentes à intensificação do ajuste fiscal. Tal configuração, impulsionada pelo EaD, encontra um contexto favorável com a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) a partir de março de 2020.

A Emenda Constitucional nº 95/2016 (E.C. nº 95/2016) aprovada no governo Temer (2016-2018) é um marco no desfinanciamento das políticas sociais em favor dos grandes agentes financeiros, tendo rebatimentos na educação superior. Além disso, o governo sancionou a Medida Provisória nº 785, de 6 de julho de 2017, que reformulou o FIES, reduzindo os recursos públicos para o Programa e enrijecendo as regras para o acesso. O governo justifica a necessidade de corrigir os desequilíbrios existentes no Programa em prol da eficiência. Cabe lembrar que o FIES é um financiamento estudantil que atende apenas a modalidade presencial em IES privadas.

Ainda no período do governo Temer, no dia 28 de dezembro de 2018, é emitida a Portaria n. 1.428, permitindo que cursos presenciais possam oferecer até 40% dos créditos por meio do EaD (BRASIL, 2018). Dessa forma, tal modalidade é utilizada para reconfigurar as formas de educação no país, empobrecendo a formação e elevando a exploração do trabalho docente (LEHER, 2019).

Todas essas medidas dão base para a barbárie no governo Bolsonaro (2019-2022), que promove ações atreladas a um forte discurso de ódio de cunho neofascista

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



contra os docentes¹¹, as universidades públicas¹² e a intelectualidade de maneira geral no país.

Diante dessa conjuntura, os conglomerados que exploram a educação superior ampliam e priorizam a oferta da modalidade EaD como forma de barateamento dos custos e de maximização dos lucros, reduzindo a estrutura física e os recursos humanos, em especial, o número de professores.

Esses grandes grupos transnacionais compõem parte do sistema financeiro mundializado altamente concentrador e centralizador da riqueza socialmente produzida e detêm os principais títulos da dívida pública. Consequentemente, o Estado torna-se um grande devedor desses fundos de investimento, fundos de pensão, bancos de investimentos, investidores profissionais entre outros.

A única finalidade dos conglomerados que exploram a educação é a maximização dos lucros em detrimento da redução dos custos como forma de garantir maior retorno financeiro aos seus acionistas, interferindo diretamente na política educacional, pouco importando a qualidade da formação educacional do país.

Nas últimas duas décadas, a educação superior brasileira apresenta uma concentração e centralização do número de matrículas no setor privado com fins lucrativos. O gráfico abaixo expõe a soma das matrículas na educação superior dos cinco maiores grupos educacionais de capital aberto que representam 38,9% (trinta e oito vírgula nove) do total de matrículas privadas ofertadas no país, totalizando 2.620,7 (dois milhões seiscentos e vinte vírgula sete) milhões de estudantes em relação aos 6.724.002 milhões (seis milhões setecentos e vinte e quatro mil e dois) de discentes na educação superior privada no Brasil. Esses cinco conglomerados somam mais que todas as matrículas da educação superior no setor público no país,

¹¹ Sugere-se aqui a matéria publicada no site Catraca Livre no dia 05/01/2022 intitulada “Nunca ninguém ofendeu tanto os professores como Governo Bolsonaro”. Disponível em: < <https://catracalivre.com.br/dimenstein/nunca-ninguem-ofendeu-tanto-os-professores-como-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 09 de jun. 2023.

¹² A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) denuncia que enquanto os brasileiros assistiam ao jogo da seleção brasileira na Copa do Mundo no último dia 28 de novembro, o orçamento para as diversas despesas das universidades federais como: luz, pagamentos de empregados terceirizados, contratos e serviços, bolsas, entre outros era raspado das contas das universidades federais (ANDIFES, 2022).

PROMOÇÃO

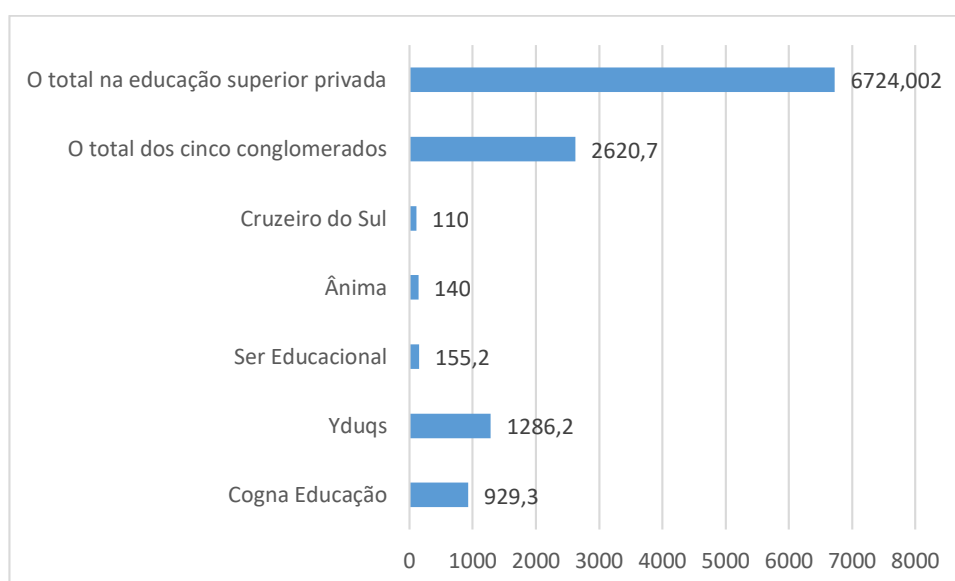


APOIO



que juntas totalizam 1.956.352 milhão (um milhão novecentos e cinquenta e seis mil trezentos e cinquenta e dois).

Gráfico 1 – Comparação entre o número de matrículas dos principais conglomerados de capital aberto no país e o total de matrículas na educação superior privada



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponíveis nos sites institucionais das empresas (COGNA EDUCAÇÃO, 2022; YDUQS, 2022; SER EDUCACIONAL, 2022; ÂNIMA, 2022; CRUZEIRO DO SUL, 2022) e nos dados da Sinopse Estatística da Educação Superior de 2020 (MEC, 2021).

Os dados apresentados acima são preocupantes, haja vista que os cinco grupos, que são controlados por fundos de investimentos, ou seja, que visam, exclusivamente, valorizar os investimentos financeiros de seus clientes acionistas concentram e centralizam mais estudantes que todas as IES públicas no Brasil. Desse modo, o papel social e estratégico da formação educacional para o desenvolvimento do país é completamente secundarizado, ainda que circunscrito nos limites da sociedade burguesa, em favor do interesse do mercado financeiro mundializado.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

3 REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA MODALIDADE EAD EM IES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS

O controle das IES privadas com fins lucrativos pelos grandes conglomerados, segundo Kato, Vale e Pereira (2019), tem graves repercussões na formação em Serviço Social, por meio da oferta de um ensino empobrecido e aligeirado diante de uma massificação de profissionais acríticos associados a uma lógica de política social focalizada, limitada à ideia de “combate à pobreza”, sem a perspectiva de universalização dos direitos.

Essa lógica impacta diretamente a formação em Serviço Social, haja vista que o arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo previsto no projeto de formação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) é escamoteado por um tipo de formação altamente empobrecida, que tende ao moralismo, conservadorismo e despreparo para atuar criticamente nas expressões da “questão social”. Tal formação é desprovida da apreensão do referencial teórico do Materialismo Histórico e Dialético (KATO, VALE, PEREIRA, 2019).

Em concordância com as denúncias propagadas por Kato, Vale e Pereira (2019) sobre os cursos de Serviço Social ofertados na modalidade EaD pelo setor privado mercantil, cabe ressaltar que se trata de:

[...] formar profissionais sem a solidez e crítica teórico-metodológica necessária, para apassivar a classe trabalhadora e seus diferentes segmentos, individualizar e moralizar as diversas expressões da “questão social”, disseminar termos tão em voga, como “empreendedorismo”, “empoderamento” dos usuários, etc., sem uma aproximação crítica do que a Universidade vem discutindo e problematizando há décadas (KATO, VALE, PEREIRA, 2019, p. 114).

A expansão da modalidade EaD por IES privadas com fins lucrativos caminha no sentido oposto à formação de qualidade em Serviço Social, obstaculizando tanto a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como as supervisões diretas acadêmica e de estágio. Ademais, destaca-se a ausência de debates em sala de aula, que exige um intenso trabalho do corpo docente diversificado. Não obstante, os

PROMOÇÃO



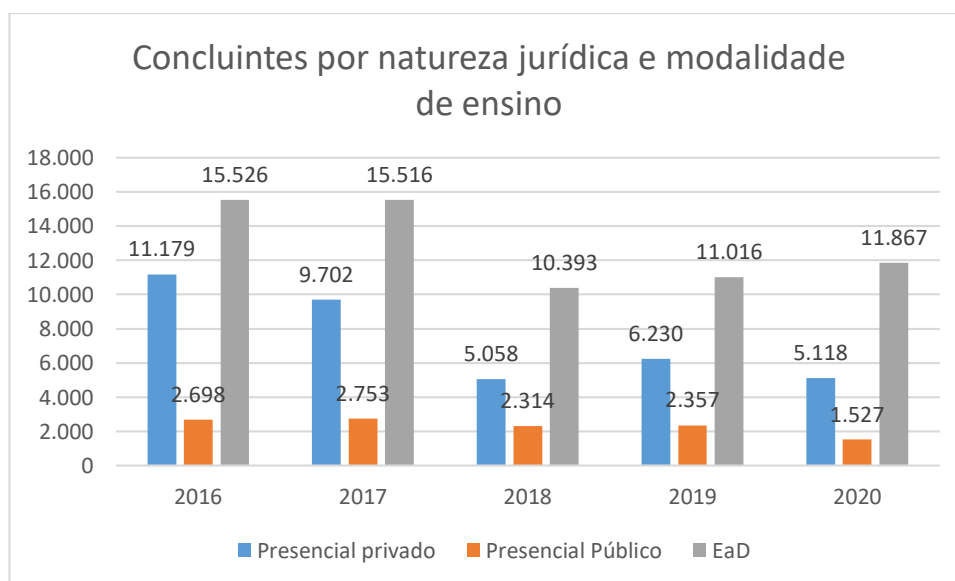
APOIO



professores são demitidos para o barateamento dos custos e, no seu lugar, contratam-se tutores com vínculos de trabalho profundamente precarizados por essas IES, em um quantitativo reduzido. Por fim, cabe sinalizar o distanciamento dos estudantes em relação à participação nos movimentos estudantis, docentes e sociais como parte importante da formação profissional.

O Gráfico a seguir, apresenta o número de concluintes na modalidade EaD e na modalidade presencial. Cabe salientar que, no setor público, os últimos concluintes em EaD na graduação em Serviço Social totalizaram 147 estudantes em 2016. No mesmo ano, o EaD no setor privado formou 15.379 novos profissionais em Serviço Social (INEP, 2017). Vale ressaltar que desde 2012, a maioria dos assistentes sociais formados no Brasil advém do EaD mercantil, somando 15.307 concluintes contra 12.367 formados na modalidade presencial (INEP, 2013).

Gráfico 2 - Concluintes por Período/ Natureza Jurídica e Modalidade de Ensino (2016-2020)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do INEP (2017; 2018; 2019; 2020; 2021).

De acordo com os dados apresentados é possível observar uma queda em ambas as modalidades na graduação em Serviço Social. Em concordância com as análises de Pereira (2020), tal redução no número de concluintes reflete a conjuntura

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

política, econômica e social desfavorável para as frações mais pauperizadas da classe trabalhadora, com destaque para o desmonte das políticas públicas sociais e a queda dos concursos públicos, que desestimulam a procura pelo curso (PEREIRA, 2020).

Em relação à modalidade presencial, o contexto pandêmico pela COVID-19 acirra a utilização de Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC), substituindo-o a passos largos pelo EaD. Trata-se de uma das estratégias para baratear os custos e maximizar os lucros, em resposta aos interesses dos grandes acionistas, que visam exclusivamente a valorização do capital a qualquer custo e em múltiplas áreas.

Desse modo, a massificação de discentes em cursos de graduação em Serviço Social EaD no setor privado compromete a formação e a atuação dos futuros profissionais no que se refere aos princípios e valores basilares que caracterizam o Projeto Ético-Político. Esse último, consolida-se hegemonicamente na década de 1990, por meio da Lei Nº. 8.662/93 de Regulamentação da Profissão, pelo Código de Ética (CFESS, 1993) e pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 (ABEPS, 1996).

4 CONCLUSÃO

Com isso, diante de toda a problematização apresentada, a fase mundializada do dogmatismo monetário percorre todos os setores da vida social em busca de valorização do capital, inclusive, a educação superior. As consequências são perversas, haja vista o empobrecimento da formação discente e o esfacelamento do trabalho docente no EaD pelo setor privado. O processo de financeirização da educação superior brasileira cria, indiretamente, um novo perfil de assistente social.

É urgente a organização da categoria para enfrentar a massificação de assistentes sociais formados por grupos privados controlados por grandes conglomerados financeiros. O objetivo desses últimos é atender, exclusivamente, aos interesses dos fundos de investimentos, fundos de pensão, bancos de investimentos,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



entre outros investidores institucionais, explorando a educação superior como mais um setor para a valorização do capital.

Nesse sentido, deixamos algumas indagações para a reflexão: primeiramente, qual a relação, impacto e significância do Projeto Ético-Político hegemônico do Serviço Social para esse novo perfil de assistente social? Em segundo lugar, qual a dimensão desse tipo de formação profissional para o crescimento de práticas assistencialistas, filantrópicas, voluntaristas e moralizantes nos atendimentos às demandas dos usuários nos diferentes espaços sócio-ocupacionais? E por fim, em um contexto de avanço do conservadorismo, como esses profissionais enxergam o Serviço Social na atualidade? Como uma evolução da caridade? Assim, não basta dizer que tal formação é antagônica ao projeto ético-político, pois apesar da formação sofrível desses cursos EaD, tais sujeitos são assistentes sociais em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Em suma, são parte da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ÂNIMA EDUCAÇÃO. **Números da Ânima**. Disponível em: <https://animaeducacao.com.br/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_196.pdf. Acesso em: 09 jun. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 09 jun. 2023.

_____. **LDBEN – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 09 jun. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



_____. **Decreto nº 2.207**, de 15 de abril de 1997. Regulamenta para o Sistema Federal de Ensino as disposições contidas nos arts. 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF, 1997a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2207.htm>. Acesso em: 09 jun. 2023.

_____. **Decreto nº 2.306**, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2306.htm>. Acesso em: 09 jun. 2023.

_____. Lei 8.662, de 07 de junho de 1993. Lei de regulamentação da profissão. Brasília, DF, 1993.

_____. **Emenda Constitucional nº 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www.in.gov.br/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

_____. **Medida Provisória nº 785**, de 6 de julho de 2017. Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Mpv/mpv785.htm. Acesso em: 09 jun. 2023.

_____. **Portaria nº 1.428**, de 28 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior – IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de 336 graduação presencial. 2018h. Disponível em: <http://bit.ly/2sRRHyU>. Acesso em: 09 jun. 2023.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo, Ed. Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. As dimensões financeiras do impasse do capitalismo. Uma reflexão teórica do atual estágio do capitalismo financeiro a partir das ferramentas conceituais do marxismo. **Revista Movimento**, São Paulo, n. 8, mar. 2018. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/03/as-dimensoes-financeiras-do-impasse-do-capitalismo-mundializacao-do-capital-chesnais/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



COGNA EDUCAÇÃO. **Sobre Nós**. Disponível em: <https://www.cogna.com.br/#lp-pom-block-30>. Acesso em: 09 jun. 2023.

CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL. **Nossa Atuação**. Disponível em: <https://www.cruzeirodosuleducacional.com.br/nossa-atuacao/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Ed. Loyola.1992.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Ed. Loyola. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (INEP/MEC). Sinopse Estatística da Educação Superior 2012. Brasília: **INEP/MEC**, 2012. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

_____. Sinopse Estatística da Educação Superior 2016. Brasília: **INEP/MEC**, 2016. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 09 jun. 2023.

_____. Sinopse Estatística da Educação Superior 2017. Brasília: **INEP/MEC**, 2017. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 09 jun. 2023.

_____. Sinopse Estatística da Educação Superior 2018. Brasília: **INEP/MEC**, 2018. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 09 jun. 2023.

_____. Sinopse Estatística da Educação Superior 2019. Brasília: **INEP/MEC**, 2019. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 09 jun. 2023.

_____. Sinopse Estatística da Educação Superior 2020. Brasília: **INEP/MEC**, 2020. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 09 jun. 2023.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo Contra a Universidade: O desafio de popularizar a defesa da educação pública**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

LOPES, G; PEREIRA, L.; TELLES, A. Formação em tempos de pandemia: análise das atividades formativas desenvolvidas pelos cursos presenciais de Serviço Social

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

no ano de 2020. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, 2o Semestre de 2021 - v. 19, n. 48, p. 203 – 218.

PEREIRA, Larissa Dahmer. O ensino superior brasileiro privado-mercantil e a expansão via ead no pós-2003: análise das matrículas em cursos de Serviço Social. Pereira, L. D.; Almeida, N.L.T. de (Org). **Serviço Social e Educação**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. P. 91-106.

SEKI, Allan Kenji. **Determinações do capital financeiro no ensino superior: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018)**. 2020. 436 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Florianópolis, 2020. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PEED1517T.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2023.

SER EDUCACIONAL. **Sobre o Grupo**. Disponível em: <https://www.sereducacional.com/instituicoes.html>. Acesso em: 09 jun. 2023.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil?. **Educ. Soc.**, Dez 2015, vol.36, no.133, p.867-889. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/290786985_Educacao_Superior_no_Brasil_Democratizacao_ou_massificacao_mercantil. Acesso em: 09 jun. 2023.

VALE, Andréa Araujo do. **“As faculdades privadas não fazem pesquisa porque não querem jogar dinheiro fora”**: a trajetória da Estácio de Sá da filantropia ao mercado financeiro. 2011. 325 f. Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

VALE, A. A. do; KATO, F. B. G.; PEREIRA, L. D. Capitalismo Dependente, formação social brasileira e padrão educacional rebaixado: subsídios para uma reflexão sobre a formação dos assistentes sociais brasileiros. VALE, A. A. do; PEREIRA, L.D. (Orgs.) **O ensino a distância na formação em Serviço Social: análise de uma década**. Rio de Janeiro: Editora E-Papers, 2019. Disponível em: http://www.e-papers.com.br/produtos.asp?codigo_produto=3123&promo=7. Acesso em: 09 jun. 2023. p. 101-117.

WORLD BANK. **Construir Sociedades de Conocimiento: nuevos desafíos para la Educación Terciaria**. Washington: 2003.

YDUQS. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.yduqs.com.br/show.aspx?idCanal=U/ccuSh0iht1/mEX/ez1ng==&linguagem=pt>. Acesso em: 09 jun. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

